UNIVERSO CONDICIONAL

MONKEN, Priscila Mattos
Professor do Instituto Federal Fluminense
priscila.monken@iff.edu.br

GOMES, Gilberto Lourenço
Professor do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem
ggomes@uenf .br

LUQUETTI, Eliana Crispim França
Professora do Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem
elianafff@gmail.com

RESUMO
O presente estudo aborda o discurso como manifestação de subjetividade e temporalidade nas orações condicionais que apresentam grande variedade de esquemas segundo Leão (1961). Por meio das crenças que pretendemos expressar em nossa comunicação - dúvida, probabilidade, necessidade, certeza, obrigação - modalizamos os discursos, segundo Costa (1997). Assim, o artigo evidencia os atos ilocucionários e os revela como motivados pelo reconhecimento das intenções do falante. A análise privilegia os tipos de condicionais e analisa-os, com Leão (1961) como *realis*, *potentialis* e *irrealis*, de acordo com contextos pertinentes à situação sociocomunicativa na qual o interlocutor se encontra.

Palavras-chave: *Realis, potenttialis, unrealis*.

ABSTRACT
The present study addresses the speech as a manifestation of subjectivity and temporality. Through the beliefs we intend to express in our communication - doubt, probability, need, certainty, obligation - we shape the speeches. Thus, the article highlights the illocutionary acts and reveals them as motivated by the recognition of the speaker's intentions. (Costa, 1997) The analysis privileges the types of conditionals and analyzes them as realis, potentialis and unrealis, according to contexts relevant to the socio-communicative situation in which the interlocutor finds himself. (Leão, 1961)

Key-words: *Realis, potentialis, unrealis.*

INTRODUÇÃO

As orações condicionais apresentam em suas construções grande variedade de esquemas sintáticos e semânticos, conforme salienta Leão (1961). Na maioria dos casos,

o período se inicia com a oração subordinada e evidencia muitas vezes uma precedência lógica e, até mesmo, cronológica da hipótese em relação à consequência. Afirmamos, então, que quando concebemos o fato, vemo-lo submetido a certas condições.

A lógica foi a ciência que trouxe à tona a importância das estruturas condicionais, contudo, não se preocupou com o conteúdo das orações. Nesse contexto, a lógica apresenta lacunas para ciências como Pragmática, Análise do Discurso e Sociolinguística que tratam de aspectos funcionais da língua ao considerarem o conteúdo dos enunciados e a língua em uso.

De fato, falantes de uma mesma comunidade linguística necessitam inferir, por intermédio de suas experiências e de todo um contexto sociocomunicacional, enunciados que lhes façam sentido e que demonstrem suas intenções. Nota-se, na conjuntura, a importância dos condicionais tanto na teoria gramatical quanto em processos cognitivos. Embora a relevância de uma pesquisa sobre tal tema seja perceptível diante disso, há poucos estudos do assunto, o que tornou os períodos condicionais um desafio a ser estudado por nós. Nesse contexto, pretendemos pesquisar tais estruturas e revelar que as escolhas das conjunções ou locuções conjuntivas nas orações subordinadas adverbiais condicionais jamais são arbitrárias, pois atendem a um propósito comunicativo orientado pela crença do falante.

1. CONDICIONAIS E SEUS USOS

Numa frase condicional da forma *Se A, (então) B*, chamamos *A* (a oração subordinada condicional sem a conjunção *se*) de antecedente (ou prótase) e *B* (a oração principal, sem a palavra *então*, caso presente) de *consequente* (ou apódose). Koch (2000:129) salienta que uma frase condicional não afirma que o antecedente é verdadeiro; todavia, se o antecedente o for, o consequente também o será. O objetivo da enunciação de uma frase condicional, assim, não é a asserção do antecedente, nem do consequente, mas da relação condicional entre ambos. Entretanto, pode-se verificar que, embora normalmente uma frase condicional não afirme a verdade do antecedente, em certos casos ela pode fazê-lo:

(1) Se ele fez o que fez, merece punição.

Nesse caso, parece que o falante acredita na verdade do antecedente, ou fala como se nela acreditasse. Comparemos essa frase com:

(2) Se ele fez o que dizem que ele fez, merece punição.

Nessa, o falante apenas supõe que o indivíduo de quem fala tenha feito aquilo que dizem que ele fez. Na primeira, entretanto, não são os outros, mas sim o próprio falante quem diz que ele o fez. Seu antecedente, portanto, não possui o objetivo de fazer uma suposição, mas sim de estabelecer uma premissa, a partir da qual decorre a conclusão enunciada pelo consequente. O falante aceita a verdade do antecedente. Note-se que a segunda frase pode ser parafraseada com o futuro perfeito do subjuntivo, mas não a primeira:

(3) Se ele tiver feito o que você diz que ele fez, merece punição.

Ao contrário, não caberia dizer:

(4) *Se ele tiver feito o que fez, merece punição.

Helena Gryner (citada por Costa 1997) distingue três tipos de condicionais: *realis*, *potentialis* e *irrealis*. Nessa classificação o *irrealis*, como o próprio nome sugere, designa a frase condicional em que o fato descrito no antecedente é irreal, o *realis* designa aquela em que esse fato é real e o *potentialis* indica aquela em que esse fato pode ou não acontecer, isto é, é hipotético.

Essa classificação coincide com a de Leão (1961:31-32), que chama as frases condicionais de períodos hipotéticos e segundo a qual temos três tipos de períodos hipotéticos, a saber, período hipotético do real, período hipotético do potencial e período hipotético do irreal. No *realis* "a condição é, foi ou deve ser realizada efetivamente; trata-se de um fato cuja realidade se reconhece; às vezes é uma realidade que se deseja acentuar". A autora observa que esse período é caracterizado pelo fato de apresentar verbos no modo indicativo. No período hipotético do potencial, "a condição é eventual, simplesmente possível. O fato pode realizar-se ou não, mas não há nenhum pronunciamento do falante sobre a realidade desse fato". Já o *irrealis* é expresso por uma "condição contrária à realidade", isto é, não pôde e nem nunca poderá realizar-se.

Alguns autores, como Costa (1997:27), incluem os casos de incerteza quanto à realidade do antecedente dentro do *irrealis*. Outros, como Taylor (1997), chamam os casos de *condicionais hipotéticas.* Vemos, assim, que não há uniformidade no uso da nomenclatura. Segundo o último autor, num condicional factual, presume-se que o conteúdo do antecedente seja verdadeiro, enquanto que, num contrafactual, esse conteúdo é tido como contrário aos fatos. Entre essas duas categorias, acrescenta, ficam as condicionais hipotéticas, nas quais o conteúdo do antecedente é considerado como uma possibilidade, nem de acordo com a realidade, nem necessariamente inconsistente com ela (Taylor 1997: 301).

Fillmore (1990: 142) usa o conceito de *postura epistêmica*, segundo o qual o falante pode ter três relações epistêmicas com o mundo representado pela condicional: a) ele pode considerá-lo como o mundo real; b) pode considerá-lo como distinto do mundo real; c) pode não saber se ele é o mundo real ou não. Essas três posturas epistêmicas são chamadas, respectivamente, de positiva, negativa e neutra.

Certos autores, como Harder (1996) tendem a não reconhecer a possibilidade das condicionais com postura epistêmica positiva. Dancygier e Sweetser (2000; 2005) notam que a postura epistêmica positiva está preferencialmente associada, em inglês, às conjunções *when*, *since* e *because* (que correspondem em português a *quando*, *já que* e *porque*). Tendem, dessa forma, a ver a incerteza ou irrealidade como inerente à natureza das frases condicionais, buscando uma explicação especial para os casos que parecem contrariar essa norma.

No pólo oposto, Schwenter (1999: 4, 40) combate a tese de que as condicionais sempre envolvam uma postura epistêmica neutra ou negativa. Segundo ele, a condição hipotética não é parte da semântica codificada dos marcadores condicionais, mas é dada pragmaticamente, através de uma implicatura conversacional generalizada, que pode ser cancelada.

Gomes (2008) sustenta também a realidade das condicionais factuais, propondo uma nova nomenclatura para dois dos três tipos: em contraste com as condicionais tradicionalmente chamadas de contrafactuais (*counterfactual conditionals*), distingue as *accepted-fact conditionals* (condicionais de fato aceito) e as *uncertain-fact conditionals* (condicionais de fato incerto). Destaca também a distinção de tempos verbais de que o

português dispõe para os dois últimos tipos, sendo o futuro do subjuntivo exclusivo das condicionais de fato incerto e os tempos do indicativo necessários para as de fato aceito. Gomes (2008) salienta ainda a possibilidade de paráfrase de *se* (em inglês, *if*) com *caso* (*in case*), exclusivamente nas condicionais de fato incerto e nas contrafactuais, e com *já que* (*since*), exclusivamente nas de fato aceito.

São os seguintes os principais pontos defendidos por Gomes (2008): As condicionais factuais (ou de fato aceito) com *se* podem ser parafraseadas com *já que*, mas não com *caso*. Já as condicionais hipotéticas (ou de fato incerto) – assim como as contrafactuais – com *se* podem ser parafraseadas com *caso*, mas não com *já que*. A interpretação de uma condicional com o futuro do subjuntivo no antecedente é necessariamente de fato incerto. A interpretação de uma condicional com um tempo do indicativo no antecedente pode ser de fato aceito ou incerta. Entretanto, para certos dialetos da língua portuguesa, o uso do indicativo no antecedente, em certos casos, favorece a interpretação de fato aceito, já que, nos casos de fato incerto, esses dialetos usam, preferencialmente, nesses casos, o futuro do subjuntivo.

Para o presente estudo, um formulário, incluindo 27 quesitos, foi utilizado, devendo o sujeito em cada um deles escolher uma entre duas opções de paráfrase (uma com *caso*, a outra com *já que*). Foi solicitado a ele que indicasse aquela que mais lhe parecia de acordo com a frase condicional do enunciado. Uma única resposta devia ser dada obrigatoriamente a cada quesito. Foi salientado que não havia resposta certa ou errada e que o objetivo era saber como ele naturalmente entendia essas frases.

Nos primeiros 9 quesitos, a condicional era apresentada em contexto indefinido, ou seja, sem nenhuma outra frase indutora de uma interpretação particular. Sempre apresentava um tempo do indicativo no antecedente. Em seguida, as mesmas 9 frases eram apresentadas (com alterações na ordem) precedidas de uma frase indutora de uma interpretação de certeza ou de incerteza em relação à verdade do antecedente. Nos casos de contexto indutor de incerteza em que isso nos pareceu mais natural, o futuro do subjuntivo foi usado no antecedente. Apresentamos a seguir, a título de exemplo, os quesitos 1, 11 e 19:

1- Se ela é italiana, não precisa de passaporte para ir para a França.

( ) Caso ela seja italiana, não precisa de passaporte para ir para a França.

( ) Já que ela é italiana, não precisa de passaporte para ir para a França.

11- Ela é italiana. E se ela é italiana, não precisa de passaporte para ir para a França.

( ) Ela é italiana. E já que ela é italiana, não precisa de passaporte para ir para a França.

( ) Ela é italiana. E caso ela seja italiana, não precisa de passaporte para ir para a França.

19- Talvez ela seja italiana. E se ela for italiana, não precisa de passaporte para ir para a França.

( ) Talvez ela seja italiana. E caso ela seja italiana, não precisa de passaporte para ir para a França.

( ) Talvez ela seja italiana. E já que ela é italiana, não precisa de passaporte para ir para a França.

A ordem em que as paráfrases eram apresentadas, em todos os contextos, era variada. Em estudo preliminar, não encontramos influência dessa ordem nos resultados obtidos. Os contextos indutores de incerteza incluíram a afirmação do antecedente precedido por *Talvez* (em 3 quesitos), *Não sei se* (em 3 quesitos), *Às vezes*, *Ele quis saber se*, e *Ele pode... ou não*. Os contextos indutores de certeza consistiam na afirmação prévia do antecedente, às vezes complementada por alguma razão ou circunstância que a justificasse.

Para a análise qualitativa, foram anotadas as perguntas e comentários feitos pelos entrevistados durante ou após o preenchimento do formulário, como, por exemplo: *Posso não marcar nenhuma alternativa?* ou *Eu falaria das duas formas, posso marcar as duas opções?* (Para essas duas perguntas a resposta era não). Ao término do formulário, fazíamos um inventário em que perguntávamos a respeito de algumas opções assinaladas pelos informantes. Mais uma vez, frisávamos que as escolhas não estavam erradas, mas que gostaríamos de saber um pouco mais sobre o pensamento expresso por algumas de suas opções. Essas perguntas se referiam às respostas que contrariavam o esperado, de acordo com nossas hipóteses. Por exemplo, nos quesitos 11 e 19 reproduzidos acima, esperávamos que a primeira opção fosse marcada. Quando a segunda era a escolhida,

perguntávamos sobre as razões do entrevistado para tal.

Algumas pessoas mudavam sua resposta ao tentar explicar o porquê de suas escolhas e registrávamos em nosso inventário essa mudança e o porquê dela ter ocorrido. Porém, os dados quantitativos de nossa pesquisa empírica se referem apenas às primeiras escolhas de nossos informantes. Optamos por registrar quantitativamente só as primeiras escolhas para não corrermos o risco de computar dados que pudessem ter sido influenciados pelos nossos questionamentos com o respondente.

Não pedíamos que os participantes de nosso estudo se identificassem no formulário e apenas que registrávamos neste a idade, o sexo e a escolaridade. A entrevista, normalmente, durava cerca de 35 minutos, devido a não limitarmos nossa pesquisa a um simples preenchimento do formulário. Preliminarmente, buscávamos estabelecer um relacionamento amigável com o entrevistado, para tornar o resultado de nosso estudo o mais próximo do natural e depois o questionávamos, como descrito, sobre algumas de suas escolhas.

O fato de o formulário ser composto por 27 enunciados a serem respondidos, muitas vezes ocasionou cansaço nos informantes. Isso fez, em vários casos, com que tivéssemos que dar uma pausa de uns dez minutos para que os informantes não os preenchessem de forma automática. Nesses casos, ultrapassamos aos 35 minutos aproximados de nossa coleta de dados.

Foram entrevistados 137 sujeitos, dos quais 76 mulheres e 61 homens, na cidade de Campos dos Goytacazes. 53 sujeitos estavam na faixa etária de 14-25 anos; 48 sujeitos estavam na faixa etária de 26-49 anos e 36 sujeitos tinham 50 anos ou mais. Em relação à escolaridade, 39 tinham o ensino fundamental completo ou incompleto; 63 tinham o ensino médio completo ou incompleto; e 35 tinham ensino superior completo ou incompleto.

A análise estatística dos resultados foi feita usando o método do qui-quadrado (Oliveira, 2005). Os dados também foram analisados qualitativamente, visando a uma melhor interpretação dos resultados obtidos.

1.1. Resultados quantitativos

A tabela a seguir mostra os números de sujeitos que optaram por *caso* ou *já que* em cada quesito do formulário que foi a metodologia da pesquisa.

Tabela 1 – Contextos diversos e uso da conjunção *caso* e locução conjuntiva *já que*.

Respostas em	Respostas *Caso*	Respostas *Já que*	% Respostas *Caso*
Total	1879	1820	51%
Contexto Indefinido	634	599	51%
Contexto Indutor de Certeza	368	865	30%
Contexto Indutor de Incerteza	877	356	71%

Nos quesitos com contexto indefinido, houve 51% de respostas *caso*. (Como cada quesito exigia uma única resposta *caso* ou *já que*, a porcentagem da outra resposta é sempre o complemento da porcentagem apresentada de uma resposta. No caso do contexto indefinido, portanto, houve 49% de respostas *já que*). Nos quesitos com contexto indutor de certeza, houve 70% de respostas *já que* e nos de contexto indutor de incerteza, 71% de respostas *caso*. A diferença observada entre os contextos de certeza e de incerteza foi significativa, pelo teste do qui-quadrado, no nível de 0,001.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Entre várias linhas e abordagens sobre a Análise do Discurso, temos aquelas que convergem com o funcionalismo linguístico. Brown & Yule (apud Costa, 1997:52) afirmam que "[...] a análise do discurso é, necessariamente, a análise da língua em uso. Como tal, não pode restringir-se à descrição das formas linguísticas independentemente dos propósitos ou funções que desempenham nas relações humanas". Essa visão é compatível com o funcionalismo linguístico e também com a sociolinguística.

Quando usamos a linguagem de forma significativa, objetivamos produzir discurso, que envolve condições como um locutor, um alocutário, um referente, uma forma de dizer, um contexto. Dessa forma, jamais podemos afirmar que as escolhas do

falante ao produzir um discurso seriam aleatórias. O discurso é um lugar de investimentos sociais, ideológicos, psíquicos, em que o falante interage com pessoas de uma comunidade linguística.

Sendo a estrutura condicional uma estrutura de múltiplas interpretações que permite o falante ser mais polido, produzir humor, ser irônico, argumentar, entre outras coisas, a análise do discurso nos auxilia em nossas investigações. Quando fazemos entrevistas não podemos omitir fatores como para quem falamos, estratégias que nosso interlocutor usa para expressar determinados pensamentos, as circunstâncias em que estamos inseridos e os fatores políticos, históricos e sociais em que nos encontramos. Assim, esse dispositivo teórico vem ao encontro de outros aparatos utilizados por nós e faz com que nossa pesquisa não seja meramente quantitativa, como também qualitativa. Isso porque percebemos que a produção do discurso não envolve somente a organização de elementos sintáticos, mas está atrelada às questões semântico-pragmáticas que constituem o sentido do discurso. Discurso esse que jamais é desprovido de uma visão pessoal, política e social que o falante tem de si mesmo, do mundo e das experiências vivenciadas por ele.

Sob esse viés, então, é evidente que o uso de um conector condicional em detrimento de outro deve estar condicionado de maneira consistente às crenças dos falantes de Língua Portuguesa e aos contextos sociocomunicativos em que se encontram. Cabe lembrar que essa variação, que é inerente ao sistema da língua e à multiplicidade de realização do sistema linguístico, em nada prejudica suas condições funcionais.

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

Nos quesitos com contexto indutor de incerteza, observamos uma predominância das respostas *caso*, e naqueles com contexto indutor de certeza, uma predominância das respostas *já que*. A diferença entre as respostas, nesses dois contextos, mostrou-se altamente significativa (nível 0,001). Ainda assim, um número não desprezível de sujeitos deu a resposta *já que* no contexto de incerteza (29%) e a resposta *caso* no contexto de certeza (30%).

É pela análise qualitativa que podemos investigar o significado dessas repostas

não previstas. Podemos atribuir algumas dessas respostas discrepantes simplesmente à falta de atenção, seja por cansaço, seja por falta de interesse , seja por distração. Deve-se registrar também que vários sujeitos mudaram sua resposta no inventário, todavia não computamos essa mudança em nossa estatística. A razão de não considerarmos essa mudança foi que ela poderia ter sido motivada apenas pela própria pergunta que fizemos. Na avaliação qualitativa, entretanto, observamos que os sujeitos em geral justificavam essa mudança em função de seu entendimento das frases.

Outra observação, que nos surpreendeu, foi a tendência dos sujeitos a imaginarem criativamente contextos para as frases, independentemente dos contextos fornecidos. Esses contextos espontaneamente criados incluíam a atribuição de estados mentais ao enunciador, de acordo com a observação de Ferrari (2011: 44): "Assume-se que o falante não apenas constrói mentalmente a realidade física externa, mas também os estados mentais de conhecimento, crença e intenção de seus interlocutores". No caso, o enunciador da condicional pesquisada ocupa, para o entrevistado, lugar equivalente ao de um interlocutor. Muitas vezes, os contextos imaginados pelo entrevistado estavam em contradição ao contexto indutor fornecido. Talvez tenha colaborado para isso o fato de todas as frases terem sido apresentadas inicialmente sem qualquer contexto indutor, despertando a imaginação dos sujeitos. Em trabalho futuro, seria interessante utilizar os contextos indutores já na primeira apresentação da condicional, para evitar a criação imaginativa espontânea pelo sujeito de contextos conflitantes com a interpretação pretendida. No inventário, os sujeitos descreviam esses contextos criados por eles como justificativa para sua resposta, mesmo que estivessem em desacordo com a frase fornecida como contexto. Quando aceitavam ambas as possibilidades de paráfrase, era porque imaginavam contextos alternativos.

Seja qual tenha sido o motivo das respostas discrepantes, a diferença entre a maioria das respostas, entre os dois contextos, na direção esperada, com alta significância estatística, confirma que, em contexto indutor de certeza, uma condicional com indicativo no antecedente será interpretada como de fato aceito e, por isso, os sujeitos preferirão a paráfrase com "já que"; em contexto indutor de incerteza, uma condicional com indicativo ou futuro do subjuntivo no antecedente será interpretada como de fato incerto, estimulando o uso do "caso" na paráfrase. A interpretação de fato incerto para o

antecedente de uma condicional (postura epistêmica neutra) está relacionada à possibilidade de paráfrase com *caso*, e a de fato aceito (postura epistêmica positiva) à possibilidade de paráfrase com *já que*. Fica claro, por outro lado, que, para certo número de falantes, essas possibilidades de paráfrase não se mostram tão definidas e mutuamente exclusivas quanto esperávamos.

Nos quesitos com contexto indefinido, tivemos aproximadamente 50% de respostas para cada opção. Aceitando-se a correlação entre as respostas *caso* e *já que* e, respectivamente, as interpretações de postura epistêmica neutra e positiva (confirmada pelos resultados acima), isso significa que, em contexto indefinido, as condicionais com antecedente no indicativo podem ser interpretadas como apresentando uma postura ou outra, ou seja, como exibindo factualidade aceita ou incerta

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Alguns consideram que uma postura epistêmica positiva do falante em relação ao conteúdo de uma frase condicional é incompatível com a própria formulação dessa frase. Ao contrário, verificamos que a escolha de paráfrases com *já que*, em cerca de metade das frases sem contexto fornecido pesquisadas, e a escolha preferencial de tais paráfrases, nas frases com contexto indutor de certeza quanto à verdade do antecedente, indicam que a atribuição de postura epistêmica positiva (a única compatível com o uso de *já que*) é frequente na interpretação de frases condicionais.

Por outro lado, confirmamos que a possibilidade de paráfrase com o conector *caso* está correlacionada à postura epistêmica neutra (não foi pesquisada neste trabalho a postura epistêmica negativa).

Não encontramos confirmação para a afirmação de Gomes (1998), de que, para alguns dialetos da língua portuguesa, o uso do indicativo na prótase estaria preferencialmente associado, pelo menos em certos casos, a uma interpretação como condicional de fato aceito, ou seja, com atribuição de postura epistêmica positiva. Isso pode ter sido resultado do dialeto prevalente no local onde foi feito a pesquisa. De toda forma, esse ponto não foi especificamente estudado aqui e deveria ser objeto de novas pesquisas.

Em relação à metodologia empregada, o uso da parafraseabilidade diferencial mostrou-se um instrumento útil de investigação semântica. Além disso, o fornecimento de contextos mostrou-se também eficiente - embora nem sempre - para induzir uma determinada atribuição de postura epistêmica. Verificamos também a importância de associar à análise quantitativa uma investigação qualitativa dos resultados, para uma melhor interpretação dos mesmos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Napoleão Mendes de. *Gramática metódica da Língua Portuguesa*. São Paulo: Editora Saraiva, 1957.

ARMENGAUD, Françoise; tradução Marcos Marcionilo. *A pragmática*. São Paulo: Parábola Editorial, 2006.

AUSTIN, Jhon. L. *Quando dizer é fazer*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da Língua Portuguesa*. São Paulo: Publifolha, 2008.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: lucerna, 2003.

CARDOSO, Sílvia Helena Barbi. *Discurso* e ensino. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *Estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *História da Lingüística*. Petrópolis: Vozes, 1975.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa.* Rio de Janeiro: Padrão, 1976.

CARONE, Flavia de B. *Subordinação e Coordenação: Confrontos e Contrastes.* São

Paulo: Cia Editora Nacional, 2000.

COROA, Maria Luiza Monteiro Sales. *O tempo nos verbos do Português*. Rio de Janeiro: Parábola, 2005.

COSTA, Ana Lúcia dos P. *A variação entre formas de futuro do pretérito e de pretérito imperfeito no português informal no Rio de Janeiro*. RJ, UFRJ, Faculdade de Letras, 1997.

COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira. 2ª ed. 2ª reimpressão. *Estatística*. São Paulo: Edgard Blucher, 2005.

CUNHA, Celso Ferreira da & CINTRA, Luís F. Lindley Cintra. *Nova Gramática do português contemporãneo* – 4ªed. – Rio de Janeiro: Lexikon Editora digital, 2007.

DILLINGER, Mike.. *Forma e função na linguística*. D.E.L.T.A., São Paulo, v. 7, n 1, p. 395-407,1991.

DUBOIS, Jean *et al*. *Dicionário de Linguística*. 15ª ed. São Paulo: Cutrix, 2001.

FARIA, Ernesto. *Gramática superior da língua latina*. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1958.

FERRARI, L. V. *Postura Epistêmica, Ponto de Vista e Mesclagem em Construções Condicionais na Interação Conversacional*. Veredas, Juiz de Fora, v. 3, n. 4, p. 115-128, 1999.

FERRARI, L. V. *Modalidade e Condicionalidade no Português do Brasil*. Actas do XV Encontro Nacional da APL, FARO, v. 1, p. 459-476, 2000.

FERRARI, L. V. *Os parâmetros básicos da condicionalidade na visão cognivista*. Veredas, JUIZ DE FORA, v.4, n. 6, p. 21-30, 2000.

FERRARI, L. V. *Construções condicionais e a negociação de perspectivas epistêmicas na interação entre professores.* Revista do GELNE, Universidade Federal do Ceará, v. 1, p. 78-82, 2000.

FERRARI, L. V. *Construções gramaticais e a gramática das construções condicionais*.

Scripta, PUC Minas, v. 5, n. 9, p. 143-150, 2001.

FERRARI, L. V. *A sociocognitive Approach Modality And Conditional Constructions In Brazilian Portuguese*. Journal of Language And Linguistics, v. 1, p. 218-238, 2002.

FURTADO DA CUNHA, Maria a.; COSTA, Marco A. & CEZARIO, Maria M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, Maria A.; OLIVEIRA, Mariângela R. de & MARTELOTTA, Mário E. (orgs) *Linguística Funcional*; teoria e prática. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

GARCIA, Othon M. *Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar.* 18ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

GIVÓN, Talmy. *Syntax: a functional-typology introduction*. Vol. I. Amerstand/ Philadelphia: J. Benjamins, 1984.

_____. *Syntax: a functional –typology introduction*. Vol. II. Amerstand / Benjamins, 1990.

_____. *Funtionalism and grammar***.** Amerstand / Philadelphia: J. Benjamins, 1995.

Gomes, Gilberto *Three Types of Conditionals and their Verb Forms in English and Portuguese,* Cognitive Linguistics 19/2: 219–40, 2008.

GOMES, Gilberto. "*Ah, se eu fosse você, eu voltava pra mim": pensamento e linguagem nas afirmações condicionais.*, 2007. (manuscrito)

GOMES, Gilberto . *Three types of conditionals and their verb forms in English and Portuguese*. COGNITIVE LINGUISTICS, v. 19, p. 219-240, 2008.

GOMES, Gilberto . *Are Necessary and Sufficient Conditions Converse Relations?*. Australasian Journal of Philosophy, v. 87, n 3, p. 375-387, 2009.

HEINE, Bernd, CLAUDI, Ulrike, HÜNEMEYER, Frederike. *Grammaticalization: a*

conceptual framework. Chicago / London: The University of Chicago Press, . 1991.

HOPPER, P. J. Aspect and forengroundin in discourse. In: GIVON, T. (ed) *Syntax and grammar.* Amerstand/Philadelphia, John Benjamins, 1979.

HOPPER, P. J. *On Some Principles of Grammaticalization*. In: E. TRAUGOTT and B. HEINE (eds.) Approaches to Grammaticalization I, Amsterdam: John Benjamins, p. 17-35, 1991.

KOCH, Ingedore G. V. *Dificuldades na leitura/produção de textos: os conectores interfrásticos*. In: CLEMENTE, Elvo (org) Lingüística Aplicada ao Ensino de Português. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

KOCH, Ingedore Grunfeld Villaça. *Argumentação e linguagem*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LABOV, Willian. Principles of linguistic change*: internal factors*. Ambridge: Blackwell Publshers, 1994.

_____. *Principles of linguistic change: social factors*. Masachusetts: Blackwell Publshers, 1994.

_____. *Sociolinguistic Patterns. Philadephia*: University of Pennsylvania Press, 1972.

_____. *Principles of linguistic change: social factors*. Massachussetts: Blackwell Pubishers, 2001.

_____. *Sociolinguistic Patterns.* Philadelphia, University of Pennsylvania Press, 1972.

LEÃO, Ângela Vaz. *O período hipotético iniciado por se*. T Belo Horizonte. UFMG, 1961.

LEMLE, Hiriam. *A variação na Língua falada e a unidade na língua escrita.* In: _____. "Guia teórico do alfabetizador". São Paulo, Ática. 1995.

LEVINSON, Stephen C. *Pragmática*. Trad. Luiz Carlos Borges e Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

LINS, Maria da Penha Pereira. *Mas, afinal, o que é mesmo Pragmática?*. Revista Fala palavra. N 2. Aracruz: Facha, 2002.

LUFT, Celso Pedro. *Moderna Gramática Brasileira*. 14ª ed. São Paulo: Globo, 2000.

MARTELOTTA, Mário E. (orgs.) *Linguística Funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MARTELOTTA, Mário E. & ÁREAS, Eduardo K. *A visão funcionalista da linguagem no século XX*. In: FURTADO DA CUNHA, Maria A.; OLIVEIRA, Mariângela R. de & MARTELOTTA, Mário E. (orgs.) *Linguística Funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina (orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras.* VOL.I. São Paulo: Cortez, 2001.

MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Christina (orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. Vol III. São Paulo: Cortez, 2004.
MATEUS, Maria Helena Mira et al. *Gramática da língua portuguesa***.** Coimbra: Almedina, 1983.

NASCIMENTO, M Fernanda Bacelar do, RIVENC, Paul, CRUZ, Maria Luísa Segura da. *Português fundamental.* Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2 v, 1987

NASCIMENTO, Milton do. (1990). *Teoria gramatical e mecanismos funcionais do uso da língua.* D.E.L.T.A., São Paulo, v. 6, p. 83-98.

NARO, Anthony J. (1992). *Mecanismos funcionais do uso da língua: função e forma.* D.E.L.T.A., v. 8, p. 285-290.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NEVES, Maria Helena de Moura. *Gramática de usos do português*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

NEVES, M. H. M. *Hipotaxe e gramaticalização: Uma análise das construções de tempo e de condição.* DELTA – Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, São Paulo, v. 14, n. esp., p. 191-208, 1998.

PEZATTI, Erotilde G. *O advérbio então já se gramaticalizou como conjunção?* Revista D.E.L.T.A, 17(1):81-95, 2001.

_____. *As construções conclusivas no português falado*. In: ABAURRE, Maria Bernadete M. & RODRIGUES, Ângela C. S. (orgs.) Gramática do Português Falado. Vol. VIII. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.
PAIVA, Maria da Conceição. *A variável gênero/sexo*. IN: MOLLICA, M. C. BRAGA, M. L. (org). *Introdução à Sociolinguística: o tratamento variacionista*. São Paulo: Contexto, 2004.

PALMER, F. R. *Mood and modality*. Cambridge textbooks in Linguistic. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

PARK, Jung-ran. *A study of selected Korean pragmatic markers: synchronic and diachronic perspectives.* University of Hawai, 2003.

PINTO, Joana Plaza. Pragmática. In: MUSSALIN, Fernanda; BENTES, Anna Cristina (orgs). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. Vol. II. São Paulo: Cortez, 2001.

SACCONI, Luiz Antonio. *Nossa Gramática: teoria e prática*. 18ª ed. São Paulo: Atual Ed., 1994.

SAID ALI, M. *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3ª ed. Ver. E aum. São Paulo: Melhoramentos, 1964.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral***.** São Paulo: Cultrix, 1995 [1916].

SCHWENTER, Scott A. *Pragmatics of conditional marking: implicature, scalarity, and exclusivity.* United States of America: Stanford University, 1999.

SEARLE, J.R. *Speech Acts: Na Essay in the Philosoph of Language*. Cmbridge: CUP, 1969.

SHERRE, M Marta Pereira & Naro, Anthony J. *Análise quantitativa e tópicos de interpretação do Varbrul.* In: Mollica, Maria Cecília & BRAGA, Maria Luiza (orgs.) Introdução à sociolinguística. São Paulo: Contexto, 2003.

SILVA, M. Aparecida da. *O deslizamento de sentido no verbo ir como indicador de tempo futuro.* In: Hora, Dermeval da (org.). I simpósio nacional de estudos linguísticos. João Pessoa: Idéia, 1997.

SILVEIRA, Jane Rita Caetano da; FELTES, Heloisa Pedroso de Moraes. *Pragmática e cognição: a textualidade pela relevância*. 3ª ed. Caxias do Sul: Educs; Porto Alegre: EDPUCRS, 2002.

SOUZA, Jamille Militão. *Graus de explicitação em reescrita de produção textual: Análise, uma base na teoria da Relevância, dos efeitos da intervenção oral docente.* Tubarão: Universidade do Sul de Catarina: 2006. Dissertação de Mestrado Disponível em: http://busca.unisul.br/pdf/84920 Jamile.pdf.

SPERBER Dan & WILSON Deirdre. *Rhetoric and relevance*. Revista Linguagem em (Dis)curso, volume 5, número especial, 2005. Disponível em http://www.dan.sperber.com/rhetoric.htm.

_____. *Posfácio da edição de 1995 de "relevância: comunicação & cognição"* Revista Linguagem em (Dis)curso, volume 5, número especial, 2005. Disponível em http://www.3.unisul.br/paginas/ensino/pos/linguagem,0509/09.htm.

TARALLO, Fernando. *A pesquisa sociolinguística*. 3ª ed. Série Princípios. São Paulo: Ática, 1990.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática: ensino plural*. São Paulo: Cortez, 2003.

ULLMANN, Stephen. Semântica: *Uma introdução à ciência do significado.* Lisboa: Fundação Caolouste Gulbenkian, 1961.

VILELA, Mário; Koch, Ingedore Villaça. *Gramática da Língua Portuguesa.* Coimbra: Almedina, 2001.